

OS EFEITOS DA ATUAL CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA NAS FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES

Por Bruno Leonardo Alves Ribeiro* e João Paulo Farias Fenelon**

Resumo: o objetivo deste artigo é analisar os efeitos da atual crise econômica brasileira nas finanças dos municípios piauienses. O desaceleramento da atividade econômica e a consequente queda na arrecadação fiscal do Governo Central no período de 2014-2016 pode implicar em diminuição de transferências de recursos; por conseguinte, em dificuldades financeiras aos gestores municipais de manter o equilíbrio financeiro das contas públicas e os serviços públicos oferecidos à população.

Palavras-chave: Crise econômica. Arrecadação Própria Municipal. Transferências intergovernamentais.

Abstract: the aim of this paper is to analyze the effects of the current Brazilian economic crisis in the finances of Piauí municipalities. The fall of the acceleration in economic activity and, consequently, a drop in tax revenues of the central government in the 2014-2016 period, implies reduction of resource transfers therefore in financial difficulties for municipal managers to maintain the financial balance of accounts public and offered public services to the population.

Keywords: Economic Crisis. Own Municipal Collection. Intergovernmental Transfers.

1 Introdução

Os indicadores econômicos do Brasil até 2016 descrevem um cenário recente delicado. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu ao final de 2015 10,67%; o maior índice desde o período 2002-2003, quando o cenário de incerteza sobre a economia brasileira era predominante (IBGE, 2016a). Naquele período, o País se deparava com 11 milhões de trabalhadores sem emprego, as indústrias concedendo férias coletivas e queda na produção industrial; cenário oposto ao de meados de 2011, quando a produção industrial obtinha resultados positivos e a taxa de desemprego da economia fora a menor observada desde meados de 2003, chegando apenas a 6% da força de trabalho (IBGE,

2016b). Ainda, houve também recorde de US\$ 256 bilhões nas exportações, o que correspondeu a 14% do Produto Interno Bruto (PIB), explicado, principalmente, pela forte demanda por *commodities*.

Contudo, a partir de 2012, a queda na demanda internacional por *commodities* e a manutenção da trajetória de crescimento real dos gastos do Governo Central¹ acima do PIB promoveram forte queda na poupança interna e desequilíbrios macroeconômicos. No *front* externo, os investidores passaram a ter comportamento instável e a taxa de câmbio iniciou um processo contínuo de depreciação. No *front* interno, a demanda agregada passou a pressionar a produção interna e, conseqüentemente, a inflação

começou a acelerar. Em resposta, o governo precisou aumentar a taxa básica de juros (Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic) que havia passado por um processo de queda até 2013. Soma-se a isto a intervenção por parte do governo congelando os preços administrados por período considerável. Ele ainda concedeu significativos subsídios para setores e empresas específicas, sacrificando sua receita fiscal. Assim, o governo tem, sistematicamente, relaxado os fundamentos do tripé macroeconômico.² As instabilidades descritas levaram a um declínio da produção interna e da receita do governo a partir de 2014. Nesse cenário, orçamentos historicamente dependentes de transferências governamentais, como os dos municípios do estado do Piauí, podem ficar em sérias dificuldades.

Dessa forma, o objetivo do trabalho é analisar os efeitos da atual crise econômica brasileira (2014-2016) nas finanças públicas dos municípios do estado do Piauí. Ressalta-se, contudo, que tal objetivo tem escala de análise limitada devido ao fato de que a crise até o presente período ainda está em curso, impedindo que se faça uma completa análise de seus efeitos sobre as finanças públicas dos municípios. O trabalho divide-se em três seções primárias incluindo esta introdução. A segunda divide-se em quatro seções secundárias, onde inicialmente é descrito o contexto econômico atual, no que tange à crise econômica e à arrecadação do Governo Central; em seguida, a estrutura fiscal dos municípios piauienses; logo após, uma análise das variações da arrecadação própria e das transferências governamentais no período (2014-2016); o papel do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) na economia piauiense com base em dados disponíveis do período de 2014-2016. Na terceira, a conclusão, é apresentada uma síntese a respeito dos resultados obtidos.

2 Crise econômica brasileira e as finanças públicas dos municípios piauienses

A atual crise econômica brasileira (2014-2016) promove, até o momento, fortes dificuldades econômicas e fiscais.

Muitos municípios brasileiros apresentam grande sensibilidade às oscilações da receita do Governo Central. Isso pode ser explicado, primeiramente, devido à estrutura tributária que concentra a arrecadação dos impostos sob o Governo Central, reduzindo, dessa forma, o espaço de manobra aos demais entes (estados e municípios) em momentos de queda nas receitas. O segundo aspecto é relativo

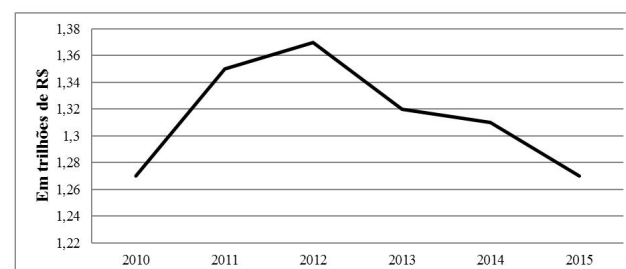
à importância da administração pública no PIB regional; assim, à medida que o município apresentar grande participação do setor público, maior sua dependência das transferências do Governo Central. Este último aspecto é bastante comum em municípios de baixo desenvolvimento econômico, caso dos municípios do Piauí. Dessa forma, as subseções a seguir descrevem o contexto da atual crise econômica, como se estruturam fiscalmente os municípios do estado e a influência do FPM na composição do PIB destes municípios.

2.1 Contexto Econômico e Fiscal Recente (2014-2016)

A queda na atividade econômica brasileira a partir do segundo trimestre de 2014 tem provocado forte declínio na arrecadação fiscal. Embora as receitas públicas apresentem variação cíclica, as despesas possuem forte comportamento rígido. Motivo pelo qual o governo tem registrado queda contínua de seu resultado primário³ desde então.

A elevação dos gastos públicos, crédito e consumo em resposta à crise iniciada em 2008 objetivando realizar uma política anticíclica teve efeitos desejáveis e satisfatórios até 2010-2011. Contudo, a extensão dessas políticas, em contraste com a taxa de desemprego em tendência de queda, mas com a aceleração da inflação, levou ao seu esgotamento. Houve aumento da taxa de juros, crescimento do endividamento das famílias e empresas, desaceleração e queda da atividade produtiva e consequente aumento do déficit fiscal do setor público. Os efeitos repercutiram no estoque da dívida pública, passando de 57,2% PIB em 2014, para 66,5% em 2015 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016). Em 2015, o Brasil viveu um dos seus piores anos no que diz respeito ao crescimento da produção. O PIB teve uma queda de 3,8% em relação a 2014. O declínio da atividade econômica tornou-se o principal fator direto responsável pela queda na arrecadação de tributos⁴ (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Arrecadação de tributos do governo central entre 2010-2015 a preços constantes



Fonte: RECEITA FEDERAL, 2015.

Em 2015, a arrecadação tributária do Governo Central somou cerca de R\$ 901 bilhões, com queda real em relação ao ano anterior de 3,7%. Houve um aumento significativo das despesas e dos subsídios, em especial das desonerações fiscais. A previdência social apresentou déficit de R\$ 43,7 bilhões, levando a um dos cenários econômicos mais pessimistas desde os anos 1980 (IPEA, 2016).

2.2 A Estrutura Fiscal dos Municípios Piauienses

A Constituição Federal de 1988 redefiniu a competência e distribuição de recursos oriundos de tributação. Os municípios brasileiros ficaram com duas fontes distintas de obter os recursos financeiros para fomento de suas despesas. A primeira constitui-se em receitas tributárias de origem própria, onde a competência de arrecadação é municipal, como Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter vivos (ITBI), taxas e contribuições de melhorias. A segunda está composta basicamente por receitas oriundas de transferências intergovernamentais, na forma de convênios, *royalties* e repasses feitos por outros níveis de governo.

São chamadas transferências governamentais os recursos provenientes de transferências entre esferas administrativas (União, estados e municípios) distintas, sendo estas correntes ou de capital, de um ente, o chamado “transferidor”, a outro, chamado “beneficiário” ou “recebedor”, de acordo com o Manual de contabilidade aplicado ao setor público (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2014, p. 58). Dentre as transferências realizadas pelo Governo Central aos municípios, destacam-se: o FPM e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundeb). As transferências de destaque, procedentes da esfera estadual, detêm em sua composição o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Para este trabalho, é analisado o grau de participação dos recursos financeiros de origem própria: IPTU, ISS e ITBI na composição das receitas totais municipais. Com relação às transferências das esferas federal e estadual, são analisados o FPM, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Fundeb, IPVA, ICMS e o Fundo de Exportação,⁵ todos referentes ao período 2013-2016.

2.3 Análise da Arrecadação Própria e das Transferências Intergovernamentais dos Municípios do Piauí no Período 2014-2016

Para esta subseção, foram selecionados os municípios com mais de 5 mil habitantes, de acordo como dados do IBGE (2016c) para o ano de 2015. Foram analisados os dados das contas públicas dos municípios no período de 2014 a 2016, destacando a arrecadação própria⁶ e as transferências constitucionais do período, comparando-as com os dados de 2013 (período pré-crise). Para o estudo, os municípios foram divididos em cinco grupos: de 5.000 até 10.000 habitantes; acima de 10.000 até 20.000 habitantes; acima de 20.000 até 50.000 habitantes; acima de 50.000 habitantes; e a capital Teresina, com 844.245 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1 - Participação da arrecadação própria de impostos na receita fiscal não financeira dos municípios piauienses entre 2013-15 (em % da arrecadação total).

Municípios	2013	2014	2015
Teresina	9,72%	11,15%	10,90%
Acima de 50.000 hab.	4,46%	3,55%	4,57%
Acima de 20.000 até 50.000 hab.	2,92%	3,24%	2,72%
Acima de 10.000 até 20.000 hab.	1,76%	1,82%	2,61%
Acima de 5.000 até 10.000 hab.	1,23%	1,47%	2,16%

Fonte: MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016a.

Apesar das disparidades demográficas entre os grupos de municípios, nos anos analisados ocorreu uma elevação na participação da arrecadação própria nas receitas totais não financeiras, conforme a Tabela 1.

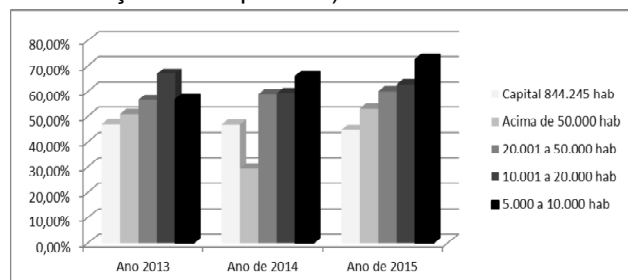
Na capital Teresina, houve leve aumento da participação das receitas próprias no período, acumulando uma variação positiva de 1,18% entre 2014-2015. Os dados para o grupo acima de 20.000 até 50.000 e também àquele com municípios acima de 50.000 habitantes não apresentaram tendência, oscilando entre momentos de contração e elevação.

Nos grupos acima de 5.000 até 10.000 e acima de 10.000 até 20.000 habitantes ocorreu uma elevação contínua da participação da arrecadação própria municipal; com destaque para o último grupo que, em 2015, teve crescimento de 0,79% em relação a 2014.

Quando considerados todos os grupos de municípios, percebe-se, em sua maioria, um aumento na participação das receitas próprias oriundas de impostos a partir de 2014; explicado, principalmente, pelo incremento na arrecadação de ISS promovendo melhores desempenhos entre os grupos analisados (cf. Anexo A).

O Gráfico 2 apresenta a participação das transferências na arrecadação total dos municípios piauienses.

Gráfico 2 - Participação das transferências intergovernamentais na receita fiscal não financeira dos municípios piauienses. 2013-2015 (em % da arrecadação municipal total)



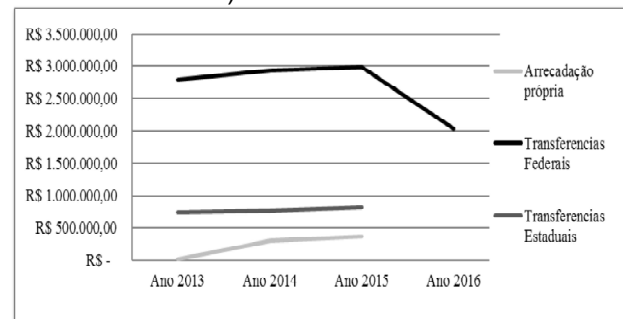
Fonte: MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016^a.

Durante o período 2013-2015, os municípios demograficamente menores foram os que registraram maior dependência econômica de transferências de outros níveis de governo. Os grupos que possuem menores parcelas de transferências sobre suas receitas totais são aqueles que têm maiores níveis de população residente, como Teresina e o grupo com mais de 50.000 habitantes.

Em 2015, tal dependência se acentuou, como apresenta o Gráfico 2. Quando se analisam os grupos de menor população, ocorre um processo inverso de aumento das transferências em relação às receitas totais, revelando, assim, dependência maior de recursos de outros níveis de governo e baixa capacidade de arrecadação própria.

O Gráfico 3 apresenta o comportamento das receitas dos municípios do Piauí entre os anos de 2013 e 2016, sendo oriundas de arrecadação própria (IPTU, ISS e ITBI), das transferências federais (FPM, ITR e Fundeb) e das transferências estaduais (ICMS, IPVA e Fundo de Exportação). A análise baseou-se nos municípios com mais de 5.000 habitantes.

Gráfico 3 - Comportamento das Receitas dos Municípios do Piauí. 2013-2016 (valores a preços constantes = 2013)



Fonte: MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016a, 2016b.

Notas: (1) Valores nominais deflacionados via IPCA do período. (2) Foram considerados os dados acumulados de janeiro a junho de 2016.

A variação real da arrecadação própria municipal e as transferências estaduais (2014-2015) descritas no Gráfico 3 apresentaram aumento, embora em desaceleração. Entretanto, as transferências federais, após virem de uma tendência gradual de aumento com desaceleração, registraram queda significativa no ano de 2016. Essa queda implica em grande prejuízo fiscal e econômico aos municípios piauienses, principalmente aqueles menos populosos.

2.4 O Papel do FPM na Economia Piauiense

Segundo Barcelar (apud SANTOS; SANTOS, 2012), dentre os critérios de definição do tamanho dos municípios, leva-se em consideração o espaço demográfico em conjunto com o nível populacional. O FPM representa, por um lado, a principal fonte de receita para a maioria das prefeituras brasileiras. Entretanto, o grau de dependência detém uma relevância inversamente proporcional ao tamanho do município. Em municípios menores, a dependência é mais significativa em relação a municípios de maior porte, principalmente pelo fato de os municípios de menor porte apresentarem menor desenvolvimento da atividade produtiva fabril e terem maior participação das administrações públicas.

Para analisar a importância do FPM na economia piauiense, são verificados os 10 maiores e os 10 menores municípios, ordenados pelo tamanho de seus PIBs⁷ (cf. Anexo B). São descritos o grau de participação desta transferência nas receitas correntes municipais e a contribuição das administrações públicas no valor adicionado (ou PIB a custo de fator) destes municípios.

Na Tabela 2 é descrito o grau de participação da principal transferência intergovernamental nas receitas orçamentárias dos municípios do Piauí. Nota-se no grupo dos municípios de menor PIB uma forte dependência fiscal. Em média, no período de 2013 a 2015, 62,8% do total das receitas orçamentárias foram compostas pelo FPM; contrastando com municípios de maior desempenho econômico, que tiveram uma participação média anual de 22,2%.

Tabela 2 - Participação do FPM nas receitas orçamentárias dos municípios piauienses de maior e menor PIB.

	2013	2014	2015
10 maiores PIBs	22,3%	22,5%	21,9%
10 menores PIBs	62,5%	62,4%	63,5%

Fonte: MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016a, 2016b.

Nota: Foi utilizada a seguinte relação: FPM/Receitas Orçamentárias (Receitas Correntes + Receitas de Capital); logo após, uma multiplicação do coeficiente encontrado por 100 para convertê-lo em porcentagem.

Quando decomposto o produto em seus setores produtivos (agropecuária, indústria e serviços) e observado a participação que cada um deles representa nos grupos de municípios (Tabela 3), nota-se que em todos os municípios, a participação, em média, foi bastante expressiva do setor de serviços na economia, em detrimento de uma pequena participação da agricultura e indústria.

Tabela 3 - Participação dos setores produtivos no valor adicionado dos municípios piauienses em 2013

	Agropecuária	Indústria	Serviços
10 maiores PIBs	5.3%	9.0%	85.7%
10 menores PIBs	8.9%	2.6%	88.5%

Fonte: IBGE, 2016d.

Nota: Média aritmética simples.

Ao desagregar o setor de serviços em suas principais seções (Tabela 4), verificou-se distinções significativas nos dois grupos de municípios estudados. No grupo de municípios de maior PIB, a participação da administração pública em seu valor adicionado foi de menor expressão; situação contrária verificada no outro grupo. No grupo dos maiores PIBs, os demais subsectores de serviços responderam pela maior parte do valor adicionado do setor de serviços. Já no grupo dos menores PIBs, o valor adicionado pela administração pública é o mais expressivo. Isso permite concluir que este último grupo é diretamente mais dependente da administração pública.

Tabela 4 - Participação das administrações públicas no valor adicionado dos municípios piauienses em 2013

	Administrações públicas	Demais subsectores de Serviços
10 maiores PIBs	58.5%	41.5%
10 menores PIBs	78.7%	21.3%

Fonte: IBGE, 2016d.

Os municípios que mostraram forte dependência da administração pública apresentaram atividades econômicas pouco expressivas, com a predominância do comércio e uma pequena produção na agropecuária, muito dependente das condições climáticas e da produção de subsistência (CEPRO, 2016).

3 Conclusão

O aumento do endividamento público e o déficit das contas públicas do Governo Central têm provocado consequências negativas em todos os demais níveis de governo, sobretudo nos municípios historicamente dependentes de transferências intergovernamentais como os do estado do Piauí.

A queda da receita do Governo Central tem efeitos negativos na economia piauiense na medida em que implica em restrição nas transferências intergovernamentais. A continuidade do atual cenário econômico brasileiro tende a resultar em dificuldades ainda mais expressivas para as finanças dos municípios do Piauí. A estreita capacidade de arrecadação própria dos municípios, explicada pelo baixo desenvolvimento do setor manufatureiro, torna-os vulneráveis e sem espaço para manobras, aumentando o endividamento ou debilitando o funcionamento de seu núcleo básico econômico (administração pública). A extensão nas restrições das transferências e, em última instância, da crise econômica, vai determinar a escala final de impacto sobre as finanças públicas e atividade econômica dos municípios piauienses.

Notas:

¹ O Governo Central é composto pelo Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social. O termo gasto aqui mencionado é relativo às despesas não financeiras (correntes e de capital).

² O tripé macroeconômico começou a ser adotado a partir de 1999 e constitui-se em metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante.

³ Resultado primário é a diferença entre a receita líquida não financeira menos a despesa total não financeira do governo em um determinado período.

⁴ Tributos administrados pela Receita Federal: Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), ITR, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Importação (II), Imposto de Exportação (IE), contribuições previdenciárias das pessoas físicas, contribuições previdenciárias das pessoas jurídicas, contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre as operações realizadas com combustíveis (Cide-combustíveis), Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

⁵ A Constituição Federal de 1988, no artigo 159, inciso II, determina que 10% do IPI, arrecadado pela União, sejam transferidos aos estados e ao Distrito Federal proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados. Do valor transferido pela União, 25% devem ser repassados/distribuídos pelos estados e Distrito Federal aos seus respectivos municípios.

⁶ O termo aqui empregado refere-se à receita fiscal não financeira (ou receitas correntes mais receitas de capital) dos municípios.

⁷ Classificação realizada com base no PIB dos municípios brasileiros em 2013 (IBGE, 2016c).

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Série histórica da dívida líquida e bruta do governo geral*. Disponível em: <www.bcb.gov.br/htms/inficon/seriehistDLSPBruta2007.asp>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm>. Acesso em 16 ago. 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONOMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO. *Produto Interno Bruto dos municípios 2013*. Disponível em: <www.cepro.pi.gov.br/download/201601/CEPRO06_d0be52efa3.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Séries históricas*: IPCA 1994-2016. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: 06 de ago. 2016a

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua - mensal*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua_mensal/default.shtm>. Acesso em: 06 de ago. 2016b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Estimativa de população para 1º de julho de 2015*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 08 ago. 2016c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades @*. Produto interno bruto dos municípios 2010-2013. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=221060&idtema=152&search=piauisao-raimundo-nonato|produto-interno-bruto-dos-municipios-2013>. Acesso em: 17 ago. 2016d.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Índice de preços ao consumidor ampliado (IPCA)*. Frequência: mensal de 1980.01 até 2016.01. 25 fev. 2016. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38391>. Acesso em: 30 ago. 2016..

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de contabilidade aplicado ao setor público*. 6. ed. Brasília, 2014. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773>. Acesso em: 09 ago. 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. *Contas anuais*. (Dados FINBRA 2013, 2014 e 2015). Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-aneais>. Acesso em: 19 jul. 2016a.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. *Transferências constitucionais e legais*. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais>. Acesso em: 19 jul. 2016b.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Relatórios do resultado da arrecadação*. 2010-2015. 2015. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

SANTOS, B. G. K.; SANTOS, C. E. R. *Dependência municipal das transferências do fundo de participação dos municípios: uma análise para os municípios do sul da Bahia entre 2008 e 2012*. Disponível em: <www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt1-5.pdf>. Acesso em: 03 de set. 2016.

ANEXO A - Arrecadação de impostos municipais a preços correntes. Piauí. 2013-2015 (Em milhões de reais)

2013					
Impostos	Teresina	Acima de 50.000 hab.	Acima de 20.000 até 50.000 hab.	Acima de 10.000 até 20.000 hab.	Acima de 5.000 até 10.000 hab.
IPTU	37.570.848,94	4.260.933,06	3.134.687,69	734.958,22	495.314,38
ITBI	17.719.177,72	2.415.743,93	3.702.302,20	2.257.992,82	1.329.025,99
ISS	141.307.853,20	19.272.604,63	18.055.126,04	10.262.748,73	10.066.508,43
2014					
Impostos	Teresina	Acima de 50.000 hab.	Acima de 20.000 até 50.000 hab.	Acima de 10.000 até 20.000 hab.	Acima de 5.000 até 10.000 hab.
IPTU	46.471.512,47	3.895.168,42	3.676.186,90	1.308.977,68	579.765,92
ITBI	29.108.032,27	3.822.611,76	3.774.893,53	1.496.456,92	1.620.019,23
ISS	170.950.112,90	22.341.838,00	22.699.104,04	13.599.550,52	13.927.951,60
2015					
Impostos	Teresina	Acima de 50.000 hab.	Acima de 20.000 até 50.000 hab.	Acima de 10.000 até 20.000 hab.	Acima de 5.000 até 10.000 hab.
IPTU	49.538.317,47	4.819.025,51	3.658.826,03	1.266.092,90	530.783,07
ITBI	29.322.732,95	3.446.190,63	3.211.676,15	3.742.830,94	956.237,21
ISS	186.093.648,41	21.783.335,88	26.005.620,91	18.390.559,14	21.620.766,03

Fonte: MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016a.

ANEXO B - Valor adicionado por setores e administrações públicas do Produto Interno Bruto municipal em 2013, a participação do fundo de participação dos municípios nas receitas orçamentárias municipais. Piauí 2013-2015

Produto Interno Bruto (PIB) Valor Adicionado por Setores ⁽¹⁾					Participação do FPM nas Receitas Orçamentárias Municipais		
10 maiores PIBs	Agrop.	Ind.	Serv. ⁽²⁾	Adm. Pub.	2013	2014	2015
Teresina	41.259	2.403.531	7.655.758	2.583.016	20%	20%	19%
Parnaíba	22.421	96.927	698.584	409.616	28%	29%	29%
Picos	30.738	73.639	587.876	222.047	10%	17%	17%
Florianópolis	13.100	49.399	447.601	174.261	20%	19%	s/d ⁽³⁾
Uruçuí	20.064	24.810	63.626	123.014	19%	19%	17%
Piripiri	11.509	29.155	189.692	178.392	24%	23%	s/d ⁽³⁾
Campo Maior	14.735	18.769	166.992	131.564	24%	22%	22%
União	20.064	24.010	63.626	123.014	25%	20%	24%
Dom Jesus	46.967	17.301	101.090	60.636	23%	24%	21%
Oeiras	10.771	16.349	114.317	90.722	25%	25%	27%
10 menores PIBs	Agrop.	Ind.	Serv.	Adm. Pub.	2013	2014	2015
Olho d'água do Piauí	2.279	245	1.821	8.192	65%	56%	65%
Tomboril do Piauí	1.005	329	2.343	10.047	62%	50%	50%
Pedro Laurentino	1.685	1.412	11.979	19.824	54%	55%	56%
Lagoinha do Piauí	617	268	2.181	9.113	43%	65%	64%
Floresta do Piauí	1.222	300	2.099	9.510	62%	61%	65%
Aroeiras do Itaim	1.379	232	1.856	8.474	71%	s/d ⁽³⁾	s/d ⁽³⁾
São Miguel da Baixa Grande	875	388	2.406	9.143	66%	66%	70%
São Luís do Piauí	636	315	2.068	8.562	64%	64%	67%
Miguel Leão	1.582	252	1.615	5.897	74%	72%	s/d ⁽³⁾
Santo Antônio dos Milagres	277	341	1.598	7.929	65%	65%	57%

Fonte: IBGE, 2016d; MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016a.

Notas: (1) Valores em milhares de reais. (2) Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social. (3) s/d: sem dados disponíveis para o período.

* Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Piauí (UFPI)

** Bacharel em Ciências Econômicas; professor do Departamento de Ciências Econômicas(UFPI)